

IMPERIALISMO 2.0 E A REESTRUTURAÇÃO GLOBAL: TERRITÓRIO, INFRAESTRUTURAS E DOMÍNIO COGNITIVO NA ERA DA PÓS-VERDADE

IMPERIALISM 2.0 AND GLOBAL RESTRUCTURING: TERRITORY,
INFRASTRUCTURES, AND COGNITIVE DOMINION IN THE POST-TRUTH ERA

IMPERIALISMO 2.0 Y LA REESTRUCTURACIÓN GLOBAL: TERRITORIO,
INFRAESTRUCTURAS Y DOMINIO COGNITIVO EN LA ERA DE LA POSVERDAD

Zeno Soares Crocetti¹

ORCID: 0000-0003-0608-5079

geocrocetti@gmail.com

RESUMO: Este ensaio analisa como o imperialismo contemporâneo se reorganiza a partir da chamada “nova” reestruturação econômica global, com foco na seletividade territorial que caracteriza o território em rede. Argumenta-se que o domínio não se efetiva apenas por meios militares ou econômicos clássicos, mas por uma combinação de controle infraestrutural, plataformação das redes e captura cognitiva dos sujeitos, característica da era da pós-verdade. A partir das contribuições de Milton Santos, Saskia Sassen, Achille Mbembe e Byung-Chul Han, o texto propõe uma leitura crítica do espaço geográfico como nó estratégico e funcionalizado ao projeto imperialista. Aponta-se que a seletividade dos fluxos e a neuroterritorialização promovem novas formas de subordinação, mas também abrem possibilidades de resistência reticulada, reapropriação infraestrutural e construção de pactos territoriais soberanos.

Palavras-chave: Imperialismo. Território reticulado. Neuroterritorialização. Seletividade espacial e infraestruturas do poder.

ABSTRACT: This essay examines how contemporary imperialism reorganizes itself through the so-called “new” global economic restructuring, focusing on the territorial selectivity that defines the reticulated space. It argues that domination today occurs not solely through classical military or economic means, but via a combination of infrastructural control, platform-driven networks, and cognitive capture of subjects – all characteristic of the post-truth era. Drawing on the works of Milton Santos, Saskia Sassen, Achille Mbembe, and Byung-Chul Han, the paper presents a critical reading of geographical space as both strategic node and functional element of the imperial project. It highlights that the selectivity of global flows and the neuroterritorialization of perception establish new forms of subordination, while also opening possibilities for reticulated resistance, infrastructural reappropriation, and the construction of sovereign territorial pacts.

Keywords: Imperialism. Reticulated territory. Neuroterritorialization. Spatial selectivity. Infrastructures of power.

RESUMEN: Este ensayo analiza cómo se reorganiza el imperialismo contemporáneo a partir de la llamada “nueva” reestructuración económica global, centrándose en la selectividad territorial que caracteriza al territorio reticulado. Se argumenta que el dominio no se logra únicamente a través de medios militares o económicos clásicos, sino mediante una combinación de control infraestructural, plataformación de redes y captura cognitiva de sujetos, característica de la era de la posverdad. A partir de los aportes de Milton Santos, Saskia Sassen, Achille Mbembe y Byung-Chul Han, el texto propone una lectura crítica del espacio geográfico como nodo estratégico y funcional del proyecto imperial. Se señala que la selectividad de los flujos y la neuroterritorialización promueven nuevas formas de subordinación, pero también abren posibilidades de resistencia reticulada, reapropiación infraestructural y construcción de pactos territoriales soberanos.

Palabras clave: Imperialismo. Territorio reticulado. Neuroterritorialización. Selectividad espacial. Infraestructuras de poder.

INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Os anúncios não são endereçados ao consumo consciente. São como pílulas subliminares para o subconsciente, com o objetivo de exercer um feitiço hipnótico (McLuhan, 2012).

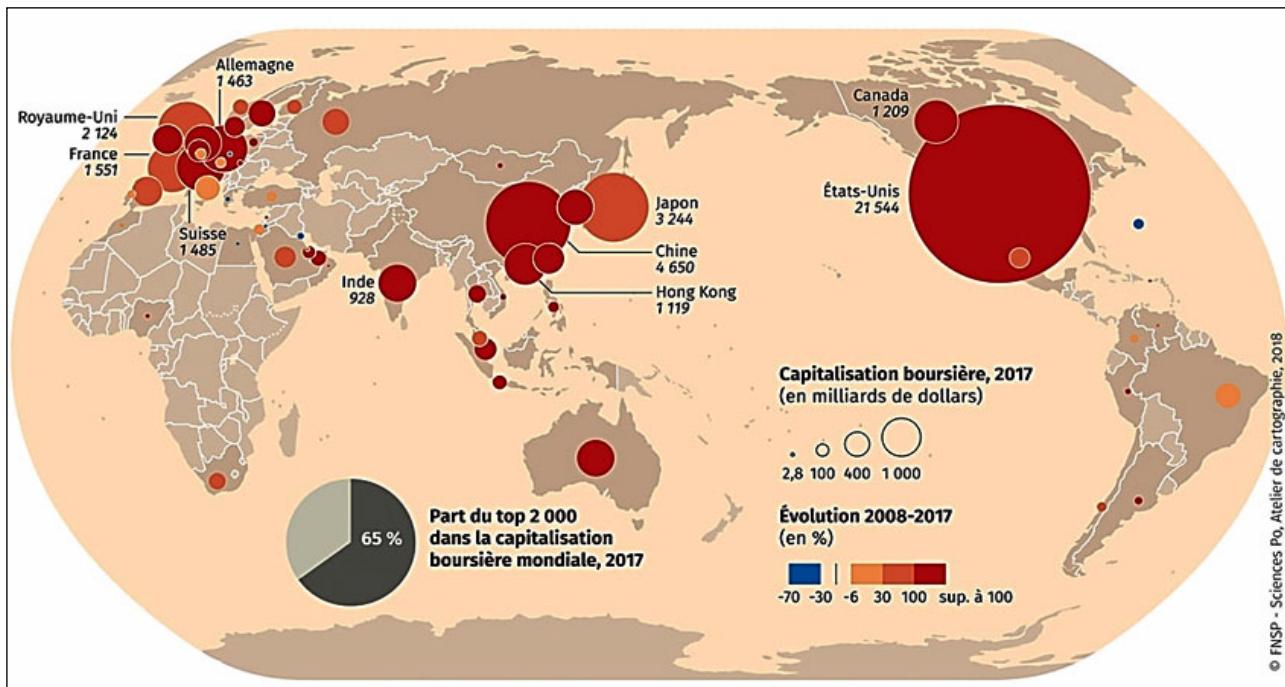
A nova geografia do imperialismo no século XXI

A relevância da pesquisa se insere no esforço de compreender as novas formas de dominação no capitalismo contemporâneo, em que o território, longe de ser marginalizado, é reconfigurado como infraestrutura estratégica. Ao integrar os debates sobre imperialismo, redes, cognição e território, a pesquisa oferece uma contribuição interdisciplinar relevante para os campos da Geografia, Ciência Política, Comunicação e Estudos Críticos da Tecnologia. Ela se insere em um momento histórico em que a disputa pelos territórios cognitivos e pelas infraestruturas de conectividade se torna central para a soberania, a cidadania e o futuro das democracias.

Como o imperialismo contemporâneo se reconfigura por meio do controle dos territórios cognitivos e da neuroterritorialização, operando seletivamente sobre o território reticulado como forma de dominação e reorganização geoconómica global? Hipótese: A seletividade territorial na era do imperialismo digital não se dá apenas por critérios geoconómicos tradicionais, mas por meio do controle infraestrutural e simbólico das conexões – em que o território reticulado serve como malha seletiva de dominação, e os territórios cognitivos se tornam armas de controle subjetivo e político.

A reestruturação econômica global em curso, intensificada desde a virada do século XXI, não se limita à reorganização de cadeias produtivas, fluxos financeiros e estruturas geopolíticas. Ela compreende, sobretudo, uma profunda transformação nas formas de dominação e controle exercidas sobre o território e sobre a mente – simultaneamente. Nesta nova fase do capitalismo, marcada por uma crescente interdependência entre tecnologia, infraestrutura e subjetividade, o imperialismo assume formas difusas e sofisticadas, que envolvem não apenas o domínio físico dos espaços, mas também a captura da atenção, da cognição e da própria capacidade de imaginar o mundo.

Nesse contexto, o território não desaparece – ao contrário, torna-se cada vez mais estratégico. Contudo, sua centralidade se dá por meio de uma lógica seletiva: apenas certos pontos, certos “nós”, passam a compor os circuitos dominantes do sistema técnico-científico-informacional global. É o que Milton Santos denominou de sistema reticulado – uma configuração marcada pela fluidez seletiva, pela centralização dos fluxos e pela subordinação dos lugares à lógica dos comandos.



Fonte: L'Atlas Du Monde Diplomatique (2024). Federação Mundial de Bolsas, Destaques do Mercado de 2017, Forbes Global 2019.

Figura 1. Empresas Transnacionais: As 2.000 maiores empresas multinacionais (2008-2017).

Na participação das 2.000 maiores empresas multinacionais no mercado global em 2017, observamos o peso que tinham das empresas estadunidenses (representavam 44% do total mundial em US) contra 22% da soma das empresas europeias. Também é mostrado o crescimento nas empresas de países asiáticos, enquanto algumas empresas europeias, japonesas e latino-americanas estão estagnadas.

Já em 2024 na Forbes Global 2000, retratando o balanço de 2023, os Estados Unidos têm 610 empresas, em termos nominais (**30,5%**), (a participação no faturamento de 2017 para 2023 caiu para 10,4%) enquanto a China (incluindo Hong Kong) tem 346. Taiwan possui 45 empresas na lista, ou seja, A China saiu de 5%, para 12,2% no período, em relação ao faturamento. Na lista Forbes Global 2000 de 2024, o faturamento total das 2000 empresas listadas foi de US\$ 50,8 trilhões em vendas. A receita total das empresas dos EUA no Forbes Global 2000 de 2024 foi de US\$ 5,3 trilhões. Superada pela China em faturamento, China (incluindo Taiwan) no Forbes Global 2000, de 2024 foi de US\$ 6,2 trilhões. No período 2017/2024, o faturamento dos EUA caiu de 44%, do total mundial, para 10,4 %

Zeno Crocetti, território em rede, mas essa seletividade não se limita à infraestrutura material: ela se estende à infraestrutura cognitiva. Plataformas, algoritmos, redes sociais, sistemas operacionais e dispositivos móveis, que configuram territórios cognitivos – espaços simbólicos e sensíveis onde a disputa pelo poder é travada não apenas por meio da força física, mas pela modelagem da percepção e do pensamento. Nessa nova configuração, emerge o que chamaremos de neuroterritorialização: o processo pelo qual o poder se territorializa nos circuitos cerebrais, afetivos e simbólicos, estruturando padrões de atenção, linguagem e desejo.

Trata-se, portanto, de uma forma de imperialismo que atua como sistema operacional global – que organiza a infraestrutura do mundo, tanto material quanto simbólica, e determina quem se

conecta, quem circula e quem comanda os fluxos globais. A era da pós-verdade, nesse sentido, não é um fenômeno isolado, mas uma engrenagem funcional a essa nova forma de dominação, que privilegia emoções e crenças em detrimento da fatalidade e da crítica.

Referencial Teórico Inicial: Milton Santos: sistema reticulado, meio técnico-científico-informacional, convergência dos momentos, seletividade dos fluxos. Zeno Crocetti: território reticulado, Nós: Locais de comando, Plataformas: Ambientes digitais e físicos que centralizam a operação e o controle sobre fluxos, Neuroterritorialização: Domínio do território via controle e manipulação da consciência, Territórios cognitivos: espacialidades formadas pela disputa de narrativas, conhecimentos e percepções da realidade, são campos de influência mental e simbólica. Byung-Chul Han: psicopolítica, transparência, economia da atenção e do desempenho. Shoshana Zuboff: capitalismo de vigilância, instrumentação comportamental, infraestruturas digitais. Foucault: biopoder, governo das condutas, dispositivos. David Harvey e Giovanni Arrighi: reestruturações do capitalismo e formas de imperialismo contemporâneo. Achille Mbembe: necropolítica, racionalidades tecnológicas do poder. Zygmunt Bauman: fluidez, exclusão sistêmica, modernidade líquida. Yuk Hui e autores de tecnopolítica: tecnodiversidade, controle computacional da realidade.

O IMPERIALISMO 2.0 NA ERA DA RETICULAÇÃO GLOBAL

No momento em que uma pessoa aceita uma realidade objetiva, uma verdade eterna, ela torna-se vulnerável, manipulável e eminentemente explorável. Ela deixou de agir como um indivíduo autônomo, criativo e pensante vivendo num mundo integrado e interdependente (Bryan Key, 1993).

Do imperialismo clássico ao imperialismo infraestrutural e simbólico

Tradicionalmente, o imperialismo esteve associado à ocupação territorial direta e à dominação político-militar de povos e territórios por potências hegemônicas. Essa lógica marcou os séculos XIX e XX, com o colonialismo europeu e, mais tarde, com o imperialismo militarista das superpotências na Guerra Fria. No entanto, a entrada no século XXI revela uma transformação radical nesse paradigma: o imperialismo não desapareceu – ele se adaptou e se sofisticou.

Como apontam autores como David Harvey (2004) e Giovanni Arrighi (2008), o imperialismo contemporâneo desloca seu centro de gravidade para formas mais indiretas, mas não menos violentas, de controle: o domínio sobre infraestruturas logísticas, redes financeiras, sistemas informacionais, protocolos técnicos, plataformas digitais e territórios simbólicos. Isso representa uma reconfiguração funcional do imperialismo como lógica de gestão seletiva dos fluxos globais – de capitais, mercadorias, dados, pessoas e afetos.

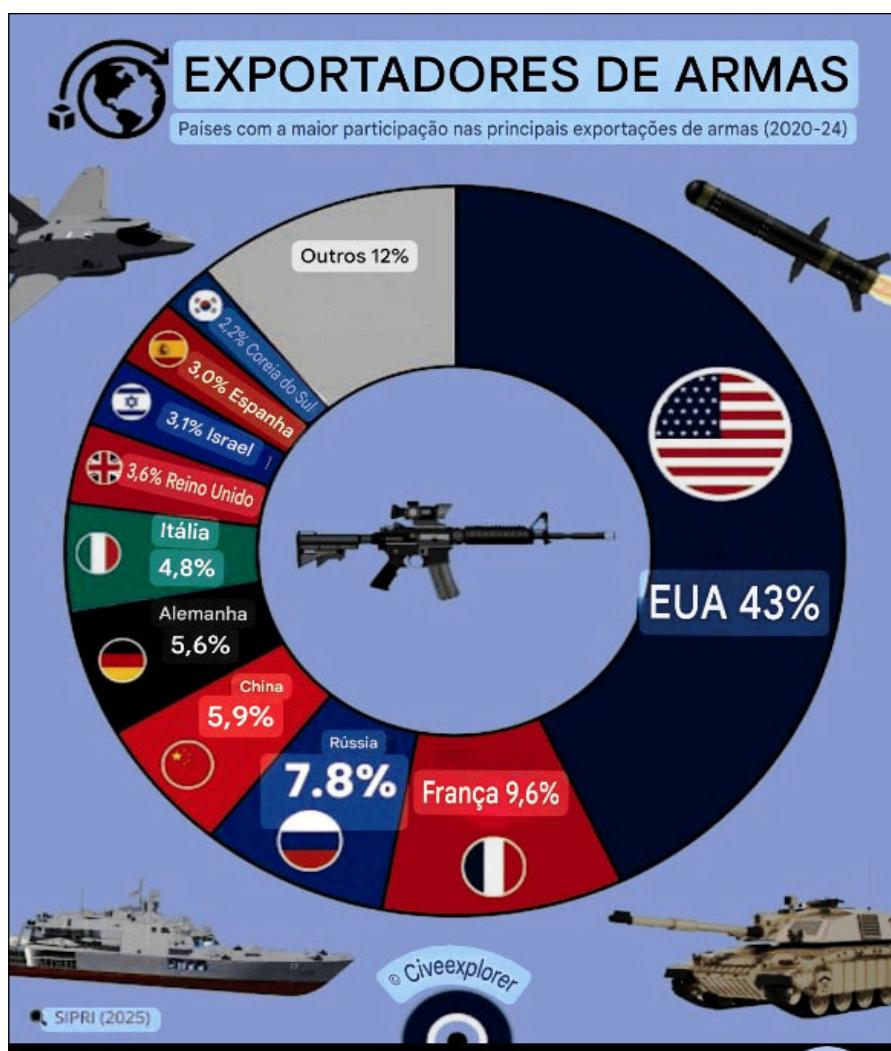
Essa reorganização coincide com o que Milton Santos (1996) descreve como a passagem para o meio técnico-científico-informacional, marcado pela crescente importância das redes técnicas, pela interdependência planetária e pela lógica dos fluxos. Nesse novo contexto, o sistema reticulado emerge como a forma espacial dominante: uma malha global de pontos de comando e controle interligados, onde o poder se exerce mais pela capacidade de conectar seletivamente do que pela imposição direta.

Essa reinterpretação moderna de território, território reticulado, Zeno Crocetti (2025) surge como uma chave interpretativa fundamental para compreender as reconfigurações espaciais que

marcam a contemporaneidade. Aqui os conceitos clássicos de território são reinterpretados à luz de uma nova lógica de organização: a lógica das redes, que articulam fluxos materiais e imateriais, conectividades e exclusões, velocidades e opacidades.

O imperialismo como gestor dos fluxos globais

A principal função do imperialismo atual é organizar e condicionar os fluxos que estruturam o mundo globalizado. O domínio territorial torna-se menos relevante que o domínio infraestrutural e logístico, como observa Saskia Sassen (2010). Assim, centros financeiros (como Wall Street ou a City de Londres), nós digitais (como os datacenters da Amazon ou Google), zonas de livre comércio, plataformas de vigilância e rotas estratégicas (como o Cinturão e Rota da China ou os corredores bioceânicos) constituem os espaços-chave do imperialismo infraestrutural.



Fonte: SIPRI (2025).

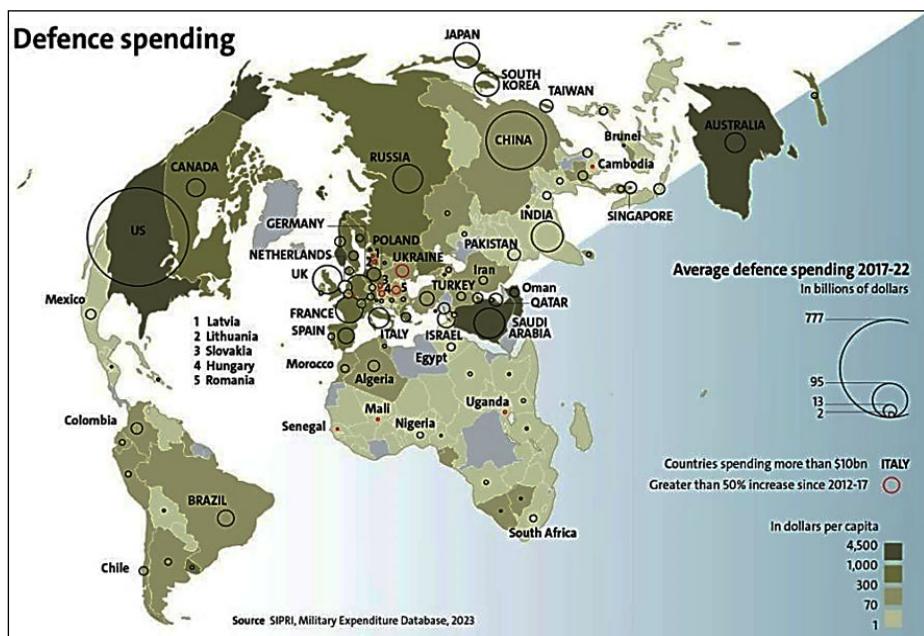
Figura 2. Países com a maior participação nas principais exportações de armas (2020-2024).

Nesse sentido, o imperialismo se comporta como um sistema operacional global, que define quais territórios participam dos circuitos dominantes da economia e quais são excluídos ou subordinados. É a seletividade que estrutura o território reticulado: poucos nós concentram o poder de decisão e de comando, enquanto a maioria dos territórios apenas executa funções periféricas ou é descartada. Infraestruturas como armas de poder: Essa nova fase é marcada pela infraestruturalização da política, ou seja, o uso das infraestruturas materiais e digitais como dispositivos de controle e disputa. Deborah Cowen (2014), ao tratar da “logística como guerra”, argumenta que as infraestruturas logísticas globais – estradas, portos, redes de telecomunicação, cabos submarinos, satélites – não são apenas meios de transporte, mas instrumentos geopolíticos, que organizam o espaço segundo interesses imperiais.

Um exemplo contemporâneo é a disputa entre os Estados Unidos e a China em torno da infraestrutura 5G, do controle de semicondutores, das plataformas digitais e das rotas comerciais. Trata-se de um imperialismo tecno político, que se dá menos pela ocupação militar e mais pela capacidade de definir os padrões tecnológicos, os protocolos de segurança e os meios de circulação do valor e da informação. A seletividade territorial como estratégia de dominação: A seletividade torna-se, então, o critério central da dominação contemporânea. No território reticulado, como afirma Milton Santos (1994), nem todos os lugares são igualmente conectados, nem todos os fluxos são livres. A fluidez – frequentemente associada a uma globalização sem barreiras – é na verdade um privilégio concedido seletivamente, controlado por mecanismos geopolíticos, tecnológicos e corporativos.

O imperialismo atual, portanto, não precisa dominar todos os territórios, apenas os nós estratégicos – aqueles que concentram comando, circulação e reprodução dos fluxos. Esses nós incluem não apenas espaços geoeconômicos (como hubs logísticos ou zonas industriais) mas também zonas simbólicas e cognitivas – os centros de produção da verdade, da linguagem e da imaginação.

Como sintetiza Achille Mbembe (2021), o poder contemporâneo não quer apenas ocupar territórios, mas modelar o mundo como imaginário, como linguagem e como desejo.



Fonte: SIPRI, Military Expenditure Database (2023). L'Atlas Du Monde Diplomatique (2024).

Figura 3. Gastos com defesa (2017-2022).

TERRITÓRIOS COGNITIVOS, PÓS-VERDADE E NEUROTERRITORIALIZAÇÃO

A guerra pelos territórios da mente

Se o imperialismo contemporâneo organiza seletivamente os nós materiais do território reticulado, ele também avança sobre os territórios imateriais – aqueles constituídos por fluxos de dados, padrões linguísticos, formas de atenção e estruturas de sentimento. Chamamos esses espaços de territórios cognitivos: zonas de produção e disputa de sentido, em que a modelagem da percepção, da memória e da crença opera como estratégia de poder. Essa dimensão é fundamental para compreender a mutação imperial do século XXI, onde o domínio sobre a cognição se torna tão ou mais relevante que o domínio sobre o espaço físico.

Os territórios cognitivos estão inscritos nas plataformas digitais, algoritmos, mídias, redes e dispositivos móveis, que atuam como arquiteturas simbólicas da realidade. A mente humana, nesse cenário, deixa de ser um interior livre e passa a ser constantemente territorializada por fluxos técnicos, linguagens computacionais e estruturas de comando invisíveis. É o que Byung-Chul Han (2017) descreve como a era da psicopolítica, na qual o controle não se faz mais por repressão direta, mas por autoexploração voluntária e administração dos afetos.

Esse processo configura o que propomos chamar de neuroterritorialização: a territorialização da mente e dos circuitos cerebrais por estruturas externas de controle simbólico e informacional. Através de likes, notificações, bolhas de filtro, discursos emocionalizados e sobrecarga informacional, o poder atinge o substrato mais íntimo da subjetividade – o que se pensa, o que se sente, o que se crê.

A era da pós-verdade como terreno imperial: A ascensão da pós-verdade como lógica dominante nas sociedades contemporâneas é, portanto, um sintoma e um dispositivo desse novo tipo de imperialismo. Em vez de disputar a verdade factual, o poder imperial atua sobre os afetos, narrativas e identidades, deslocando a objetividade para o segundo plano. Em seu relatório de 2016, a Oxford Dictionary definiu “pós-verdade” como um contexto em que os “fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”. Isso revela um deslocamento epistêmico – e geopolítico.

Na era da pós-verdade, o campo da opinião pública torna-se um campo de batalha cognitivo, onde a desinformação, a manipulação algorítmica e a produção industrial de narrativas (por governos, corporações ou plataformas) operam como armas de guerra. Como afirma Peter Pomerantsev (2019), estamos diante de uma “guerra de narrativas”, em que a própria realidade se torna fluida e disputada.

Esse terreno é fértil para o exercício do imperialismo cognitivo: moldar a percepção global sobre o que é ameaça, o que é liberdade, quem é o inimigo, o que deve ser desejado – e quem deve ser obedecido. Assim, os territórios cognitivos se tornam campos de dominação subjetiva, com poder de reorganizar o imaginário social em escala global.

Do panóptico ao neuróptico: vigilância, performatividade e captura da atenção

O aparato tecno político que sustenta essa nova dominação passa da vigilância disciplinar do panóptico (Foucault) à vigilância difusa e performativa do que Shoshana Zuboff (2018) chama de capitalismo de vigilância. Nesse regime, a vigilância deixa de ser apenas um mecanismo de controle

e passa a ser um meio de previsão e modulação do comportamento, mediante a captura de dados comportamentais e sua transformação em valor econômico e político.

A subjetividade, nesse modelo, é permanentemente escaneada, predita, quantificada e mercantilizada. Os territórios cognitivos deixam de ser neutros: são curados, performados, gerenciados e privatizados, de modo que a própria consciência se torna território a ser colonizado. Esse processo é central para a neuroterritorialização: o cérebro humano se converte no novo “campo de batalha” da soberania. A guerra híbrida e o imperialismo digital como infraestrutura simbólica: A neuroterritorialização é também uma das bases da guerra híbrida – conceito que articula o uso simultâneo de instrumentos militares, econômicos, cibernéticos e informacionais para desestabilizar adversários sem necessidade de intervenção convencional. A fabricação de consensos, o uso massivo de desinformação e a manipulação das redes sociais tornaram-se armas estratégicas de potências globais e blocos geoconômicos.

É nesse cenário que o imperialismo digital, ao controlar as plataformas (Google, Facebook, Amazon, Apple, Microsoft), impõe uma nova infraestrutura simbólica global. Trata-se de uma dominação “soft” mas devastadora: ela define os canais de comunicação, os protocolos de sentido e os limites do visível e do pensável. Como escreve Yuk Hui (2021), a universalização de uma tecnologia unívoca e ocidentalizada nega a possibilidade de tecnodiversidade e impõe um padrão único de racionalidade computacional – que é também uma forma de dominação epistêmica e civilizatória.

Síntese argumentativa

Os territórios cognitivos são o novo campo de disputa imperial – organizam o sentido, a memória e a percepção coletiva. A neuroterritorialização é o processo de captura simbólica e técnica da mente – central à governamentalidade digital. A era da pós-verdade funciona como ambiente operacional do imperialismo cognitivo – emocionaliza o discurso, dissolve o comum e fragmenta o espaço público. O poder se exerce não mais por imposição direta, mas por modelagem da realidade percebida – uma nova forma de colonização, agora da consciência.

O TERRITÓRIO RETICULADO E A SELETIVIDADE DOS NÓS ESTRATÉGICOS

O objeto de estudo científico jamais é a totalidade de todos os fenômenos observáveis num dado momento e num dado lugar, mas sempre e somente alguns de seus aspectos abstratos (Karel Kosik, Dialética do concreto, Paz e Terra, p. 40, 1976).

Do espaço contínuo ao espaço reticulado

A globalização técnico-científico-informacional transformou radicalmente a forma como o espaço geográfico é produzido, utilizado e valorado. Como descreve Milton Santos (1996), passamos de um espaço contínuo e relativamente homogêneo, em que a extensão dominava, para um espaço reticulado, onde a distribuição desigual das técnicas, das informações e do capital cria uma nova geografia da seletividade. A territorialidade contemporânea deixa de ser função apenas da localização e passa a ser função da conectividade e da funcionalidade nas redes.

Nesse território reticulado, a infraestrutura técnica (portos, cabos, hubs logísticos, redes digitais, satélites), a infraestrutura simbólica (mídias, plataformas, linguagens, algoritmos) e a infraestrutura

financeira (bancos, sistemas de crédito, moedas digitais) se entrelaçam para formar uma rede planetária seletiva, marcada pela multiplicação dos fluxos e pela concentração dos comandos.

O que define a centralidade de um território não é mais apenas seu tamanho ou localização geográfica, mas sua capacidade de conexão seletiva aos fluxos globais. Isso significa que o mundo não está igualmente conectado: há nós estratégicos, que concentram comando e regulação, e há zonas periféricas ou descartáveis, conectadas apenas de forma subordinada, ou mesmo desplugadas das redes dominantes.

Critérios de seletividade: funcionalidade, conectividade, vigilância e controle: No território reticulado, os critérios para a centralidade de um nó não são estáticos. Eles dependem da função estratégica do território nos circuitos hegemônicos de poder. Podemos listar quatro critérios principais:

- Funcionalidade econômica: a inserção nos circuitos produtivos globais (como Zonas de Processamento de Exportação, portos industriais, zonas de e-commerce, hubs logísticos);
- Conectividade técnica e digital: presença de infraestruturas digitais, cabos de dados, redes 5G, data centers, satélites, ou acesso privilegiado a tecnologias estratégicas;
- Vigilância e controle: capacidade de gerenciar fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias, dados), por meio de dispositivos como câmeras, biometria, checkpoints, plataformas de rastreamento, etc.;
- Produção de sentido: ser polo de emissão de narrativas, modelos culturais, linguagens digitais e padrões de subjetividade – ou seja, exercer uma função cognitiva e simbólica nos circuitos globais.

Essa seletividade determina uma geopolítica do acesso: alguns territórios têm seus espaços intensificados e globalizados, enquanto outros são marginalizados, vigiados ou esvaziados de suas capacidades autônomas de ação.

Nós estratégicos: zonas de exceção, controle e comando

Os nós estratégicos do território reticulado não são apenas centros urbanos clássicos, mas também zonas especiais, enclaves logísticos, plataformas tecnológicas e territórios de exceção, como:

- Portos e Zonas de Livre Comércio (ex: Cingapura, Dubai, Santos);
- Cidades-plataforma (ex: Shenzhen, Tel Aviv, San Francisco);
- Data centers e cabos submarinos (como os concentrados no Atlântico Norte ou no Índico);
- Territórios militares ou securitários (como Guantánamo, bases da OTAN, zonas desmilitarizadas altamente digitalizadas);
- Plataformas cognitivas e midiáticas (como o Vale do Silício, centros de pesquisa em IA, conglomerados midiáticos como Disney, CNN, etc.).

Esses nós são organizados não apenas por decisões econômicas, mas também por estratégias imperiais de longo prazo, que moldam o espaço mundial como um sistema operacional desigual, baseado na governança algorítmica, logística e simbólica.

Como escreve Benjamin Bratton (2015), o planeta é hoje atravessado por uma nova camada de soberania computacional, que ele chama de *The Stack* – uma pilha de infraestruturas, softwares, dispositivos e interfaces que definem quem pode ver, agir e existir. O território deixa de ser apenas físico para tornar-se infraestruturalmente condicionado e simbolicamente controlado.

Territórios descartáveis e zonas sacrificáveis: Por outro lado, os territórios que não possuem funcionalidade nos fluxos globais – ou que se colocam como resistência à lógica dominante – tornam-se zonas sacrificáveis, marcadas por precariedade, vigilância intensa, ou mesmo abandono. Favelas,

territórios indígenas, zonas de conflito, campos de refugiados, cidades sem conectividade estratégica e países sob sanções são zonas desconectadas ou conectadas de forma subordinada, revelando a face excludente da globalização reticulada.

Nesse processo, o território torna-se uma tecnologia seletiva de controle e dominação, não mais apenas o lugar da produção ou da residência, mas uma interface do poder – visível ou invisível.

Síntese: O território reticulado é estruturado pela seletividade dos fluxos – apenas alguns espaços participam do comando; A centralidade territorial depende da capacidade de interconexão funcional, técnica e simbólica; O imperialismo atual opera por meio da gestão seletiva do território, convertendo-o em interface estratégica para controle de fluxos e subjetividades; A maioria dos territórios são periféricos ou descartáveis, conectados apenas enquanto servirem às cadeias globais ou à vigilância – o que amplia as desigualdades socioespaciais.

HIPÓTESE DE LEITURA: IMPERIALISMO COMO SISTEMA OPERACIONAL DO TERRITÓRIO RETICULADO

Vivemos hoje na época de objetos, tijolos estilhaçados em fragmentos e resíduos (Deleuze; Guattari, 1980).

Do imperialismo clássico ao imperialismo infraestrutural

Historicamente, o imperialismo esteve associado à dominação territorial direta, ao colonialismo, à guerra e à pilhagem de recursos naturais. Com o tempo, tornou-se cada vez mais indireto, operando por meio de instituições econômicas (FMI, Banco Mundial), mecanismos de dívida, tratados comerciais, e, mais recentemente, plataformas e redes de dados.

O que propomos como hipótese neste ensaio é que o imperialismo, na contemporaneidade, assume a forma de um sistema operacional que regula, organiza e hierarquiza o território reticulado globalmente, por meio de três grandes mecanismos articulados:

- a) Infraestruturas seletivas de conexão (logísticas, digitais e financeiras);
- b) Sistemas de mediação simbólica e cognitiva (plataformas, mídias, algoritmos);
- c) Governança algorítmica e securitária dos fluxos (pessoas, mercadorias, dados, desejos).

Esse imperialismo não age apenas sobre o território físico, mas sobre a organização cognitiva e simbólica da realidade, transformando o próprio modo de conhecer, decidir e viver no mundo.

Território como interface e vetor de comando: O território reticulado não é um simples pano de fundo da globalização – ele é produto, meio e alvo das estratégias imperiais contemporâneas. Sua função foi radicalmente transformada: deixou de ser apenas um local de extração ou produção e tornou-se uma interface operacional, onde se acoplam fluxos materiais e imateriais.

Inspirando-se em autores como Benjamin Bratton (2015) e Keller Easterling (2014), podemos afirmar que o território é hoje programado e parametrizado: algoritmos, sensores, satélites, plataformas logísticas, drones e data centers codificam, monitoram e ativam os espaços, transformando-os em ambientes operacionais governáveis à distância.

Esses ambientes são hierarquizados de acordo com a sua utilidade nos sistemas globais: quanto mais um território puder ser controlado, extraído, conectado e modelado, mais central será em sua função estratégica.

O imperialismo como lógica de codificação seletiva da realidade

Na era reticulada, o imperialismo se desloca do domínio da força bruta para o controle do sentido, da atenção, da infraestrutura e da linguagem. Ele atua como um *sistema operacional planetário*, com as seguintes características:

Quadro 1. Características do Imperialismo 2.0.

Dimensão	Função imperial	Exemplo
Infraestrutural	Conectar seletivamente e modularizar o território	Cabos de dados, portos globais, hubs logísticos
Cognitiva/simbólica	Modelar percepções e subjetividades por plataformas	Algoritmos de recomendação, fake news, IA generativa
Financeira	Comandar o valor, o crédito e a moeda via sistemas fechados	Dólar, criptoativos centralizados, SWIFT
Securitária	Monitorar, classificar e agir sobre fluxos de forma seletiva	Reconhecimento facial, fronteiras inteligentes
Tecnopolítica	Gerar dependência tecnológica e linguagem proprietária	Plataformas de nuvem, sistemas operacionais, chips

Fonte: Elaborado por Crocetti (2025).

Essa leitura avança sobre uma compreensão do imperialismo como simples exploração econômica ou presença militar, mostrando como ele se reconfigura como infraestrutura da própria realidade, operando através do espaço e do tempo, dos dados e da percepção, dos corpos e das imagens. A produção de territórios funcionais e descartáveis: Como todo sistema operacional, o imperialismo contemporâneo seleciona, ativa e desativa territórios conforme sua funcionalidade. Esse critério gera:

- Territórios funcionais: integrados aos fluxos (ex.: Singapura, Israel, Vale do Silício);
- Territórios descartáveis: esvaziados ou mantidos sob vigilância (ex.: Sahel, Haiti, Faixa de Gaza, Amazônia);
- Territórios contestados: disputados por múltiplas potências e fluxos (ex.: Ucrânia, Mar do Sul da China, Tríplice Fronteira).

Essa lógica aproxima o espaço da computação e da governança: um território pode ser visto como uma API (interface de programação) – se não responde bem ao sistema, é reconfigurado, isolado ou deletado.

Argumentação teórica e política

O imperialismo atual não se limita a territórios colonizados – ele coloniza o próprio pensamento, como alertam autores como Achille Mbembe, Byung-Chul Han e Boaventura de Sousa Santos. Ele age como uma racionalidade totalizante, que naturaliza a desigualdade como dado técnico, reduz a política à gestão algorítmica, e oculta as formas de resistência.

Milton Santos já denunciava, ainda nos anos 1990, que a globalização se fazia com poucos e contra muitos. A hipótese aqui é que essa seletividade se intensificou: o imperialismo não apenas organiza os fluxos, mas organiza o mundo como sistema, onde os territórios não são apenas espaços, mas funções

operacionais em uma arquitetura global assimétrica. Sugestão metodológica de análise empírica: Para validar ou ilustrar essa hipótese em estudos futuros, pode-se aplicar a seguinte metodologia:

1. Mapear um território específico (ex.: Tríplice Fronteira, Amazônia, Estreito de Ormuz, Hong Kong);
2. Identificar suas infraestruturas técnicas, logísticas, digitais e simbólicas;
3. Analisar os fluxos que o atravessam (dados, mercadorias, pessoas, ideologias);
4. Identificar os vetores de controle, vigilância e exclusão;
5. Examinar os discursos e narrativas dominantes sobre esse território;
6. Observar resistências locais e alternativas emergentes.

Esse tipo de abordagem permite descrever como o imperialismo opera como sistema operacional do território, atuando sobre diferentes camadas – físicas, digitais, cognitivas e simbólicas.

PÓS-VERDADE, PLATAFORMIZAÇÃO E O CONTROLE COGNITIVO DO TERRITÓRIO

Pós-verdade como regime de produção do real

O termo *pós-verdade*, popularizado a partir da década de 2010 e escolhido como “palavra do ano” pelo Oxford Dictionary em 2016, refere-se a um regime discursivo e afetivo no qual os fatos objetivos importam menos que apelos emocionais, crenças pessoais ou narrativas fabricadas. Mais que uma simples era de desinformação, a pós-verdade é uma tecnologia política de subjetivação, que afeta o modo como os sujeitos interpretam e se posicionam no mundo.

No território reticulado, isso significa que a verdade deixou de ser compartilhada como um bem comum e passou a ser fragmentada em bolhas cognitivas, condicionadas por algoritmos, filtragens seletivas, sistemas de recomendação e identidades emocionais. Trata-se, como diz Byung-Chul Han (2022), da substituição da verdade pela *verossimilhança afetiva*, pelo que “parece verdade” aos olhos da tribo digital a que se pertence. “A verdade não é mais um critério universal, mas um elemento de marketing emocional.” – Han, *Infocracia*, 2022.

Plataformização como infraestruturização da vida social: A plataformização é o processo pelo qual plataformas digitais (Google, Facebook, Amazon, TikTok, etc.) tornam-se infraestruturas fundamentais da vida social, econômica e política. Elas organizam a maneira como trabalhamos, nos comunicamos, consumimos, desejamos e resistimos. Trata-se de uma “cercamento digital” (Zuboff, 2019), que converte interações humanas em dados monetizáveis e perfis governáveis.

Como alertam Nick Srnicek (2017) e Shoshana Zuboff (2019), essas plataformas funcionam como mediadores opacos da realidade, moldando comportamentos e decisões por meio de arquiteturas de escolha invisíveis. O território, nesse contexto, é cada vez mais atravessado por infraestruturas cognitivas que definem o que é visto, sentido e pensado. “As plataformas não apenas intermediam relações sociais, mas as codificam, controlam e extraem valor delas” (Srnicek, 2017.).

Controle cognitivo do território: da geopolitização da mente à guerra informacional

O controle cognitivo do território é um deslocamento estratégico do imperialismo: em vez de apenas ocupar fisicamente os espaços, ele ocupa o campo semântico, perceptivo e emocional das populações. Isso é visível em pelo menos três dinâmicas:

1. Geopolitização da mente: disputa global por atenção, influência cultural, modelagem de narrativas e padrões de consumo;
2. Guerra híbrida e guerra informacional: uso sistemático de desinformação, deepfakes, bots, ciberataques e campanhas psicossociais para desestabilizar regimes, polarizar sociedades e manipular eleições;
3. Territórios simbólicos de contestação: plataformas como o *X/Twitter*, *YouTube* e *TikTok* tornam-se palcos de lutas hegemônicas e contranarrativas.

Esses processos reconfiguram o território como espaço de disputa semiótica, onde o poder se exerce pela capacidade de enquadrar, ocultar ou deformar a realidade. A guerra pelo território, hoje, é também guerra pela verdade – ou pela sua versão manipulada.

A cognição como campo de batalha: do dado ao desejo: No capitalismo de vigilância e no imperialismo reticulado, os dados não são apenas extraídos: eles são usados para moldar antecipadamente os desejos e decisões. A cognição coletiva é manipulada por:

- Algoritmos de personalização;
- Ecossistemas fechados de conteúdo;
- Microdirecionamento político (ex.: Cambridge Analytica);
- Produção industrial de afetos e polarizações.

Esse controle é eficaz porque atua abaixo do limiar da consciência, como um tipo de neuroterritorialização: o território do corpo e da mente é colonizado por impulsos, recompensas e imagens cuidadosamente orquestradas.

A atenção tornou-se o principal recurso geopolítico do século XXI (Yves Citton, 2014).

Consequências territoriais e políticas da plataformação da cognição: A plataformação e a pós-verdade têm impactos profundos na organização do território:

- Criação de bolhas territoriais cognitivas: bairros, cidades ou regiões conectadas a diferentes redes e influências passam a ter percepções radicalmente distintas da realidade;
- Centralidade dos “nós simbólicos”: certos territórios tornam-se hubs de produção e difusão de sentido (ex.: Vale do Silício, Tel Aviv, Shenzhen, Brasília digital);
- Resistências digitais e contra hegemônias: surgem plataformas autônomas, redes descentralizadas, hacktivismo, jornalismo independente e pedagogias críticas que contestam o imperialismo cognitivo.

Nesse sentido, o controle cognitivo do território não é absoluto – ele é disputado. Mas essa disputa se dá em condições assimétricas: enquanto potências imperiais dispõem de big data, IA e engenharia social, a resistência se dá por táticas, criatividade e inteligência coletiva.

A DISPUTA TERRITORIAL E A SELETIVIDADE IMPERIAL NA ERA RETICULADA

O território como rede seletiva

A era reticulada, marcada pela convergência entre técnica, informação e financeirização, não organiza o espaço de forma homogênea ou contínua. Ao contrário, ela reconfigura o território como uma malha seletiva de pontos de conexão estratégica – os chamados “nós”, que concentram fluxos materiais e imateriais.

Como afirma Milton Santos (1994), o território torna-se técnico-científico-informacional: ele é definido não apenas pela presença física, mas pela articulação de infraestruturas (portos, cabos, data centers), redes (logísticas, digitais, financeiras) e cognição (controle simbólico, mídias, educação).

Essa seletividade obedece a uma racionalidade imperial: aqueles territórios que interessam aos fluxos dominantes globais são intensamente conectados, enquanto os demais são funcionalizados ou descartados. “A nova lógica do território não se organiza por contiguidade, mas por conectividade seletiva” (Santos, 1996).

Seletividade e funcionalização dos territórios: A seletividade do território reticulado expressa-se na maneira como o imperialismo contemporâneo diferencia os espaços segundo sua utilidade para os interesses hegemônicos:

- Territórios hiperconectados: como o Vale do Silício, Cingapura, Tel Aviv, Dubai, Frankfurt, Hong Kong – são hubs tecnológicos, financeiros e logísticos.
- Territórios funcionalizados: como zonas extrativas na África, América Latina e Ásia – fornecem recursos (minérios, água, energia, dados, corpos) e mão de obra barata.
- Territórios descartáveis ou desorganizados: marcados por desindustrialização, precarização, guerra híbrida, narcoterritorialidade, desinformação e destruição institucional.

Milton Santos chamava isso de “meio técnico-científico-informacional desigual”, onde a convergência de técnicas e normas serve mais à fluidez do capital do que à coesão territorial ou à cidadania.

A técnica passou a ser o meio de produzir mais desigualdade (Santos, 2000).

A seletividade como estratégia de imperialismo

A seletividade territorial não é neutra: ela é projetada e administrada pelos centros hegemônicos de poder, que combinam meios tecnológicos, jurídicos, simbólicos e militares para organizar o espaço planetário a seu favor.

Algumas estratégias incluem:

- Controle de infraestruturas críticas (portos, cabos submarinos, satélites, nuvens de dados);
- Padronização jurídica e tecnológica (*soft law* digital, propriedade intelectual, normas ISO, dependência de sistemas operacionais e linguagens de programação);
- Financiarização territorial (compra de terras, *data centers*, sistemas de pagamento, securitização de ativos ambientais);
- Intervenções seletivas (sanções, golpes híbridos, apoio a regimes ou ONGs conforme a funcionalidade do território).

Como sintetiza Saskia Sassen (2001), o espaço global é organizado por “zonas” de comando, produção e consumo – e essas zonas são moldadas por uma lógica imperial que oculta a assimetria sob o discurso da conectividade e da inovação.

O novo imperialismo organiza-se por meio de redes globais e processos desmaterializados, mas seus efeitos são profundamente materiais (Sassen, 2007).

Exemplos concretos de seletividade territorial

a) América Latina e a economia extrativa-informacional

Regiões como a Amazônia, o Cerrado e o norte argentino são mantidas sob uma lógica de funcionalização extrativa (lítio, grãos, madeira, biodiversidade, dados), com fraca presença estatal e forte presença de corporações transnacionais, ONGs e plataformas digitais.

b) África e a “colonialidade digital”

Empresas como Google, Facebook e *Starlink* disputam o controle das redes digitais no continente africano, sob o pretexto de inclusão. Na prática, estabelecem dependência de infraestrutura e captura de dados, sem desenvolvimento endógeno.

c) Eurásia e os corredores logístico-informacionais

A disputa entre a Nova Rota da Seda (China) e os projetos de contenção da OTAN revelam o valor estratégico dos corredores físicos (ferrovias, oleodutos, cabos) e simbólicos (linguagem, narrativa, legalidade).

d) Foz do Iguaçu e a tríplice fronteira

Como nós já analisamos em outra pesquisa, trata-se de um nó geopolítico e informacional que conecta fluxos legais e ilegais, turismo, diplomacia, bases logísticas, *big techs* e disputas cognitivas – um exemplo claro de seletividade e ambivalência.

Contribuições metodológicas para análise territorial seletiva: Para analisar empiricamente a seletividade imperial no território reticulado, propõe-se:

- Cartografia crítica de redes e fluxos (digitais, financeiros, energéticos);
- Análise de discurso de documentos políticos, mídias e *big techs*;
- Georreferenciamento de infraestruturas críticas (portos, cabos, *data centers*, satélites, *hubs*);
- Estudos de caso comparativos entre territórios hiperconectados e funcionalizados;
- Entrevistas ou etnografias digitais em territórios afetados.

CONCLUSÃO – O TERRITÓRIO COMO ARENA DO IMPERIALISMO COGNITIVO E DA RESISTÊNCIA RETICULADA

“Não mais representar o visível, mas tornar visível” (Paul Klee)

Síntese crítica: imperialismo reticulado e seletividade territorial

Ao longo deste ensaio, argumentamos que a reestruturação econômica global em curso não se realiza por meio de invasões militares diretas ou ocupações convencionais do território, mas pela platformização das relações sociais, pelo controle das redes infraestruturais e pela captura da cognição coletiva. Este é o imperialismo reticulado: um sistema que exerce dominação a partir da seletividade dos fluxos, do controle simbólico e da organização infraestrutural planetária, promovendo:

- Uma nova cartografia do poder, com territórios hiperconectados e outros funcionalizados ou descartáveis;
- A substituição da soberania territorial plena por zonas de influência operadas por corporações, algoritmos e redes extraterritoriais;

- A neuroterritorialização dos sujeitos, onde o poder opera diretamente sobre a atenção, a linguagem e o desejo, consolidando o regime da pós-verdade como tecnologia política e afetiva.

O território, nesse cenário, é menos uma superfície contínua e mais um campo de disputas por conectividade, sentido e controle simbólico.

Território e resistência: possibilidades contra-hegemônicas: Se o imperialismo reticulado opera por redes, o enfrentamento a ele também deve ser reticulado, insurgente e conectado às materialidades do território. As possibilidades de resistência passam por três frentes fundamentais:

a) Reapropriação das infraestruturas

A luta por soberania territorial exige o controle ou a nacionalização crítica de:

- Redes de telecomunicação e nuvens de dados;
- Plataformas logísticas e infraestruturas técnicas (portos, cabos, energia);
- Políticas públicas de conectividade, educação digital e letramento informacional.

b) Cidadania cognitiva

A cidadania do século XXI exige autonomia de interpretação, pensamento crítico e defesa da verdade pública como bem comum. Isso implica:

- Educação política e midiática massiva;
- Incentivo à produção cultural crítica e descentralizada;
- Criação de plataformas éticas, cooperativas e não-vigilantes.

c) Pactos territoriais soberanos

Inspirado em Milton Santos, é necessário retomar a ideia de pacto territorial nacional – um projeto coletivo de articulação entre Estado, sociedade e territórios, que reconheça as desigualdades socioespaciais e proponha uma outra racionalidade para a globalização. Nesse pacto, o território não é apenas base logística, mas espaço de cidadania plena, diversidade e justiça socioespacial.

O território como campo de disputa entre império e emancipação

A seletividade territorial do imperialismo contemporâneo não deve ser naturalizada. Ao contrário, ela pode ser denunciada, desvelada e enfrentada. Para isso, é preciso recuperar o território como um conceito político, ativo e situado – e não apenas como suporte físico ou recurso estratégico.

O território é onde se materializam as infraestruturas do poder, mas também onde germinam resistências, insurgências e novas formas de organização solidária, comunitária e reticulada. É ali onde a geopolítica do imperialismo se encontra com as micropolíticas da vida.

Como afirmava Milton Santos: “O território usado é o chão do viver. E o viver é também o resistir” (1994).

Perspectivas para futuras investigações: Esta pesquisa pode desdobrar-se em investigações empíricas, comparativas e teórico-conceituais, com especial atenção a:

- Estudo de territórios-laboratórios da plataformação e da guerra cognitiva (ex.: Foz do Iguaçu, Amazônia digital, cidades-porta de corredores logísticos);
- Cartografias dos fluxos de dados, infraestrutura crítica e poder simbólico;
- Avaliação crítica de políticas públicas de conectividade e soberania digital;
- Diálogos interdisciplinares entre geografia, ciência política, filosofia da tecnologia e teoria crítica da mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a globalização reticulada ampliou a interdependência planetária, também aprofundou as desigualdades entre os territórios. O novo imperialismo, ao operar pelas redes e pelo simbólico, exige que repensem o espaço não apenas como suporte, mas como processo político, técnico e afetivo.

Mais do que nunca, compreender o território é compreender as formas de dominação e de resistência que se entrelaçam no mundo contemporâneo. O desafio está em tornar visível o que é ocultado pelos algoritmos, devolver o poder da linguagem à coletividade e reinscrever os territórios como espaços de emancipação e não de captura.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRATTON, Benjamin. **The Stack: On Software and Sovereignty**. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.
- CASTEX, Raoul. **Théories Stratégiques**. Paris: Institut de Stratégie Comparée et Économica, 1997. Tome I-VII.
- CITTON, Yves. **A Economia da Atenção**. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **El Poder Marítimo**. Castex y la Estrategia Naval. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1988.
- COWEN, Deborah. **The Deadly Life of Logistics: Mapping Violence in Global Trade**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- CROCETTI, Zeno Soares. **A crise do capital e o uso do território**. Curitiba: Letra das Artes, 2019.
- CROCETTI, Zeno Soares. Desglobalização e crise econômica (o Covid-19 e o futuro da América Latina). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 1-15, jan.-dez. 2021.
- CROCETTI, Zeno Soares. **Foz do Iguaçu como território reticulado: Redes, fronteiras e disputas cognitivas na era da plataformação**. Foz do Iguaçu: Inédito, fotocopiado, 2025.
- CROCETTI, Zeno Soares. O jogo da direita e a nova geografia do capitalismo. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 27, n. 4, p. 1-15, jan.-dez. 2023.
- DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **Dominar o mundo: o império do management**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EASTERLING, Keller. **Extrastatecraft: The Power of Infrastructure Space**. London: Verso, 2014.
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia: Digitalização e a Crise da Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HUI, Yuk. **Recursividade e contingência**. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- KENNAN, George Frost. **Memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.
- LOVINK, Geert. **Sad by Design: On Platform Nihilism**. London: Pluto Press, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MEZZADRA, Sandro.; NEILSON, Brett. **The Politics of Operations**: Excavating Contemporary Capitalism. Durham: Duke University Press, 2019.
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: A Ascensão dos Dados e a Morte da Política. São Paulo: Autêntica, 2022.
- POMERANTSEV, Peter. **This Is Not Propaganda**: Adventures in the War Against Reality. London: Faber & Faber, 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SASSEN, Saskia. **A expulsão**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- SRNICEK, Nick. **Capitalismo de Plataforma**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- VALVERDE, Mariana. **Infrastructure and the Imperium**. Abingdon: Routledge, 2021.
- ZUBOFF, Shoshan. **A era do capitalismo de vigilância**. São Paulo: Intrínseca, 2021.